"O que é que eu senti?" Recordações e emoções de sindicalistas que viveram a Revolução*

*Joana Dias Pereira***

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 43 (2024), 143-176. ISSN 0870-4546.
DOI: https://doi.org/10.34619/scdk-frj8

Resumo

Este é o primeiro artigo que resulta de um projeto de investigação histórica desenvolvido em parceria com um conjunto diversificado de estruturas associativas. No seu âmbito foram conduzidas entrevistas a ativistas de base com um longevo percurso de participação e dedicação à ação coletiva, que revelam traços convergentes relativos à memória do período revolucionário. O artigo responde à interpelação de Manuela Medeiros, dirigente da Juventude Operária Católica e sindical em São Miguel (Açores), sobre o que deveria ser questionado: "O que é que eu senti? Se valeu a pena? E se ainda tenho esperança?", explorando as emoções lembradas pelos ativistas. Recorrendo à reflexividade dos coautores, são destacadas as recordações da pobreza e da resistência ao salazarismo, da Revolução e da contrarrevolução.

Palavras-chave: histórias de vida, sindicalismo, ditadura, revolução, emoções.

Abstract

This is the first article that results from a collaborative research project developed in partnership with a diverse set of associative structures. Within its scope, interviews were conducted with grassroots activists, with a long path of participation and dedication to collective action, which reveal convergent traits related to the memory of the revolutionary period. The article responds to the question of Manuela Medeiros, leader of the Catholic Worker Youth and trade union in São Miguel (Azores), about what should be asked: "What did I feel? Was it worth it? What if I still have hope?", exploring the emotions recalled by the activists. Using the reflexivity of the co-authors, the memories of poverty and resistance to Salazarism, the Revolution and the counter-revolution are highlighted.

Keywords: life stories, syndicalism, dictatorship, revolution, emotions.

* A investigação para este artigo foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (CEECIND/00764/2017). A autora agradece a Gustavo Carneiro pela revisão do artigo.

** IHC – Instituto de História Contemporânea; IN2PAST, NOVA FCSH, Portugal.
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-4898-7073. *E-mail*: joanapereira@fcsh.unl.pt.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados provisórios e discute o conhecimento coproduzido no âmbito de um projeto de investigação colaborativa assente num protocolo entre a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2019-2025), cujo principal objetivo foi aprofundar o conhecimento sobre o papel dos movimentos sociais no processo histórico contemporâneo. O projeto *A longa história do associativismo livre* pretendeu integrar um movimento social e científico que encontra as suas raízes na conceção de *investigação participante* desenvolvida desde a década de 1960 na obra de ativistas-cientistas como Paulo Freire ou Orlando Fals Borda, segundo a qual os agentes sociais se emancipam desde logo do lugar de objetos de análise para se assumirem como coprodutores de um novo conhecimento intercultural e emancipador (Brandão 2006). Inspira-se na teoria e prática da história pública e sobretudo nos métodos de partilha da autoridade e conhecimento no seio das comunidades, através do envolvimento com os interlocutores, num processo colaborativo de questionamento que favorece a produção de fontes, narrativas e memórias originais (Hamilton e Gardner 2017).

Não obstante a crescente apologia da investigação participativa ou colaborativa, uma parte importante dos estudos em ciências sociais e humanidades que procuram envolver os cidadãos limita a sua participação à recolha de dados (Tauginienė *et al*. 2020). *A longa história do associativismo livre* exigiu, todavia, a coprodução de conhecimento em todas as fases do processo de investigação – desde a definição das problemáticas às metodologias de recolha e análise dos dados, e, finalmente, na sua interpretação com vista à coconstrução da narrativa histórica.

Em 2019 formou-se um conselho consultivo que, a par de investigadores de diferentes áreas[1], integrou ativistas com uma importante participação associativa[2]. No âmbito deste conselho, em encontros formais ou informais, foi decidido entrevistar e coproduzir um conjunto alargado de histórias de vida centradas na trajetória associativa de ativistas que designamos como os "imprescindíveis", ou seja, aqueles que, conforme referia Bertolt Brecht, "lutam toda a vida"[3]. Não se tratou de entrevistar os mais destacados dirigentes

[1] Daniel Melo (historiador), Maria Alice Samara (historiadora), Nuno Nunes (sociólogo), Sérgio Pratas (sociólogo), Rita Cachado (antropóloga), Marta Matos (psicóloga) e Joana Lages (arquiteta).

[2] Artur Martins e Augusto Flor, ambos ex-presidentes da CPCCRD; Carlos Carvalho, histórico dirigente da CGTP e da Fiequimetal; Alberto Pitacas, dirigente do Montepio; Deolinda Machado, dirigente da LOC; Eugénio da Fonseca, presidente da Confederação Portuguesa de Voluntariado; e Regina Marques, dirigente do MDM.

[3] Bertolt Brecht, *Os que lutam*, sd.

das diferentes estruturas, mas aqueles ativistas que mantiveram uma longeva atividade e dedicação ao movimento associativo.

Foi também assumido como prioridade entrevistar os ativistas de idade mais avançada, cujos testemunhos estão mais ameaçados pela lei da vida e também porque podem contar a sua experiência direta nos processos históricos a questionar: a resistência à ditadura, o processo revolucionário, a construção do Portugal democrático e os conflitos sociais intrínsecos. Foi também assinalada a necessidade de diversificar o âmbito geográfico deste levantamento, assegurando a representatividade de especificidades regionais. Finalmente, estabeleceu-se como objetivo contrariar a sub-representação das mulheres patente nas estruturas de direção dos movimentos. Como sublinhou César Machado, o tributo à memória é uma questão cívica, porque "a vitória do esquecimento é a derrota da liberdade […]. E o privilégio de termos crescido num país livre só foi possível porque muita gente, como estes depoentes, lutou para que isso se tornasse possível"[4].

Foram organizadas cinco missões a contextos com uma forte tradição associativa – Covilhã, Marinha Grande, Ilha de São Miguel, região do Vale do Ave (Famalicão, Braga e Guimarães) e realizadas 61 entrevistas[5]. Em cada um destes contextos, os interlocutores foram identificados através das estruturas associativas representadas no Conselho Consultivo de uma forma orgânica, ou seja, através das diferentes ramificações e hierarquias das suas estruturas. Desta forma, os testemunhos obtidos refletem a subjetividade das representações do movimento associativo sobre o que é o dito "carola", epíteto utilizado desde o século XIX para identificar aqueles ativistas que, com a sua dedicação constante, superam as dificuldades e "crises" endémicas do associativismo e dos movimentos sociais.

O guião das entrevistas foi definido em conjunto, no quadro do Conselho Consultivo supracitado, mas também coconstruído com os interlocutores. Originalmente desenvolvia-se da seguinte forma: iniciava-se com questões sobre as origens familiares e sociais, percurso educativo e profissional, enquadramento partidário e religioso dos ativistas; tinha um núcleo central que detalhava a trajetória associativa, procurando aprofundar a

[4] César Machado (n. 1962), dirigente associativo entrevistado em Guimarães, em janeiro de 2023.

[5] Foram realizadas 23 recolhas de testemunho na Covilhã, com o apoio de Ana Lúcia Ferreira (Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto), Luís Garra (União dos Sindicatos da Covilhã) e Deolinda Machado (Liga Operária Católica); 10 entrevistas na Marinha Grande, com o apoio de Carlos Franco (CPCCRD); 6 entrevistas em São Miguel, com o apoio de Deolinda Machado (LOC), Mário Abrantes (Partido Comunista Português) e Sérgio Pratas (CPCCRD); 16 entrevistas no Minho, com o apoio de Raquel Gallego (Movimento Democrático de Mulheres e União Sindicatos Braga) e Artur Sá da Costa; 7 entrevistas em Serpa e 2 entrevistas em Montemor, com o apoio de Regina Marques (Movimento Democrático de Mulheres).

experiência participativa em diferentes conjunturas históricas; e encerrava com uma componente dedicada ao significado atribuído ao papel do associativismo na história recente e ao futuro dos movimentos sociais.

O guião previamente concebido para captar essencialmente a memória e as representações sobre o significado da experiência associativa pessoalmente considerada, seguindo uma metodologia baseada na elaboração de histórias de vida, foi adaptado de forma a aprofundar novas questões colocadas pelos interlocutores, que em alguns casos abriram linhas de investigação não contempladas na origem do projeto. Entre estas destacou-se a história das emoções. À questão integrada no guião "o que acha que eu deveria ter perguntado e que não perguntei, que aspeto da sua experiência deveria ainda ser questionado?", Manuela Medeiros, dirigente da Juventude Operária Católica e sindical em São Miguel (Açores) respondeu: "Se eu fosse a ti, tinha-me perguntado: o que é que eu senti, se tinha valido a pena e se ainda tenho esperança?"[6].

Esta proposta estimulou a exploração do lugar das emoções nos movimentos sociais. Desde a viragem cultural nos estudos dos movimentos sociais que as emoções começaram a ser estudadas com as mesmas ferramentas teóricas e metodológicas que as crenças cognitivas ou os valores morais. A já vasta literatura sobre a temática permitiu destacar quatro tipos de emoções relacionadas com o ativismo: emoções reflexas e imediatas, sem processamento cognitivo e involuntárias, como o medo, a surpresa, a raiva, o nojo, a alegria e a tristeza; compromissos afetivos de longo prazo em relação a pessoas, ideias ou lugares, como o amor, o ódio, a confiança e o respeito; disposições que variam entre o otimismo, a desesperança ou a firme determinação; e emoções condicionadas por valores morais, como o orgulho, a vergonha ou a indignação. As emoções podem ser genuínas em resultado de um evento excecional, promovidas pelas lideranças para assegurar a coesão dos movimentos ou demonstradas estrategicamente para garantir um mais amplo apoio às causas defendidas. O estudo das emoções revela ainda a importância das relações humanas proporcionadas pelas organizações de base igualitárias que, sendo muito mais satisfatórias que as formadas em associações hierarquizadas, desempenham um papel fundamental na coesão dos movimentos sociais (Goodwin, Jasper e Polletta 2004).

Por outro lado, a incorporação destas questões no guião estimulou também a autoanálise dos interlocutores sobre a sua experiência e memória. Para atingir esse objetivo, foi essencial criar uma autoridade partilhada, respeitando, como Portelli sugere, a perspetiva, autoconsciência e autoanálise dos entrevistados sobre as suas próprias condições e

[6] Entrevista realizada a Manuela Medeiros na sua casa nos Arrifes (São Miguel), em junho de 2021.

experiência, estimuladas pelo processo de narração (Portelli 2006; 1997; 2017). Neste sentido, o leitor poderá estranhar a profusão e extensão das citações e uma relativa demissão de acrescentar meta-análises que se sobreponham à reflexividade dos coautores deste projeto.

Neste artigo, optou-se por mobilizar apenas os depoimentos dos ativistas que tiveram intervenção no movimento sindical e que integram uma mesma geração, de forma a dar coerência à experiência partilhada. Os interlocutores listados na tabela (**Fig. 1**) integram (com ligeiros desfasamentos) a geração dos *Baby Boomers*. É importante notar que, após a II Guerra Mundial, Portugal não experienciou o desenvolvimento económico e o progresso social da maioria da Europa Central e Ocidental. A infância e a juventude dos *Baby Boomers* portugueses decorreram sob um regime de longa ditadura, uma economia frágil e subdesenvolvida e um Estado Social limitado (Alves 2018). Os dados do inquérito às despesas das famílias reportado a 1973 permite identificar que 31,4% das famílias do continente não conseguiam suprir as suas necessidades básicas, sendo a população rural a mais afetada (Silva 1982). As trajetórias escolares dos *Baby Boomers* foram geralmente breves, terminando muitas vezes antes da conclusão do ensino primário. Antecederam a entrada precoce no mercado de trabalho, para os homens, ou o envolvimento em tarefas agrícolas e domésticas, para as mulheres. O trabalho era comummente encarado não como uma escolha, mas como um destino social (Duque e Durán Vázquez 2023).

Embora uma minoria destes ativistas provenha de genealogias operárias, a maior parte nasceu e cresceu num universo rural e ingressou na indústria num período de transformação estrutural da economia portuguesa, marcado pelo arranque da produtividade industrial (Aguiar e Martins 2004). O progresso industrial, significativamente acelerado na década de 1960, concentrou-se na acumulação de capital (Reis 2019), caracterizando-se por fortes desigualdades na repartição do rendimento (Lains 1994). Não obstante, e considerando ainda que, entre 1960 e 1973, mais de um milhão e meio de portugueses abandonaram o país, a composição social e profissional sofreu transformações profundas, com um recuo da população agrícola e o avanço da industrial e com uma expressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho (Barreto 2002).

Por outro lado, estes ativistas atingiram a adultícia num período de rápida modernização da sociedade portuguesa. Como Manuel Loff argumenta, "o sistema social passava da mesma forma e, seguramente pela primeira vez na sua história, por um processo de massificação que arrastou a maioria da população portuguesa para outras experiências e vivências sociais que, em si mesmas, tinham muito de políticas". A generalização do ensino obrigatório e o crescente acesso ao ensino secundário e superior, a mobilização

generalizada para a Guerra Colonial, as migrações internas e externas, a industrialização e a urbanização concorriam para a repolitização da sociedade, o que se intensifica com a esperança de abertura marcelista e o próprio contexto internacional pós-Maio de 68, induzindo a remobilização das oposições democráticas, as crises académicas, a contestação das hierarquias no seio da igreja católica e o descontentamento dos jovens oficiais militares face a uma guerra que não tinha fim político à vista (Loff 2007).

A estas tendências deverá acrescentar-se o recrudescimento do movimento operário no qual alguns destes ativistas participaram diretamente, fruto da nova legislação de 1969[7], que substituiu a homologação posterior das direções sindicais eleitas pela legitimação prévia e estabeleceu a obrigação de negociar a contratação coletiva (Seixas 2023). Nesta sequência e até 1974, cerca de 30 sindicatos foram conquistados por listas da oposição, tornando possível a organização de reuniões intersindicais (Dias 2018) e de uma onda de greves inédita durante a ditadura (Nunes 2011). Apesar da repressão das lutas laborais e do aumento do trabalho feminino pago a níveis bastante inferiores ao do trabalho masculino, a percentagem dos ordenados e salários no rendimento disponível de 1960 a 1974 revelou uma tendência de subida gradual, com uma aceleração brusca em 1974, quando chegou aos 60,1% (em consequência direta da revolução), e em 1975, com 62,3%; em 1999, voltaria a decrescer até aos níveis de 1960, com cerca de 46%. A par da questão salarial, a experiência desta geração é marcada pela conquista de relevantes direitos laborais e sociais – o salário mínimo nacional foi criado em 1974, e verificou-se uma melhoria generalizada nos mecanismos de previdência e assistência, contribuindo para a consagração do Estado Providência em Portugal (Barreto 2002).

Estas conquistas foram enquadradas por um processo de mobilização inédito que estes ativistas integraram. Especificamente no que respeita ao sindicalismo, o número de sindicalizados atingiu os valores mais elevados em 1978, abrangendo 60,8% da população ativa (Dias 2018). Deve esclarecer-se que a militância dos interlocutores deste artigo concretizou-se em sindicatos que integram a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, parceira do projeto, muito embora estes ativistas assumam opções políticas distintas, desde a extrema-esquerda ao Partido Comunista Português e ao Partido Socialista. Vários destes protagonistas estiveram ou estão ligados ao movimento dos trabalhadores cristãos e outros nunca assumiram qualquer militância político-partidária. Deve também destacar-se que, a par do sindicalismo, os entrevistados estiveram

[7] Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de novembro de 1969, reformulando a Lei do Contrato de Trabalho (LCT) de 1966, e os Decretos-Lei n.º 49 058, de 14 de junho de 1969, e n.º 49 212, de 28 de agosto de 1969, regulando os sindicatos e a contratação coletiva.

envolvidos em diversos outros movimentos sociais que floresceram após 1974, como o movimento de moradores ou de mulheres.

No entanto, se o processo revolucionário potenciou uma expansão inédita do ativismo cívico e político, com destaque para os conflitos laborais (Varela 2011), determinou igualmente a polarização política em Portugal, que atingiu níveis de violência assinaláveis no Centro e Norte do país, incluindo mais de oitenta assaltos coletivos e ataques com bombas a sedes do PCP e sindicatos (Palacios Cerezales 2003), uma vivência que também marca a memória destes protagonistas.

No rescaldo da Revolução, verificou-se um progressivo declínio da participação social e cívica, atingindo os clubes e associações locais e de bairro, incluindo agremiações culturais, de entreajuda e desportivas, bem como os sindicatos. A nova cultura de massas, o crescimento dos aglomerados suburbanos, a separação do trabalho e da residência, a expansão da televisão são fatores enunciados nos estudos académicos (Barreto 2002) e também identificados nos depoimentos coletados.

Com efeito, apesar de a experiência revolucionária ser profundamente marcante na trajetória destes protagonistas, o seu ativismo decorreu maioritariamente no período de refluxo dos movimentos sociais, a que se associou o traumático processo de desindustrialização. A queda abrupta do peso da indústria transformadora no Produto Interno Bruto (PIB) e no emprego, mais de 50% entre 1985 e 2012 (Lago 2014), teve um forte impacto sociológico e nas vidas de muitos portugueses, como na da maior parte destes ativistas.

Nome	Ano de nascimento	Local de nascimento/ residência	Profissão	Sindicato em que participou
José Manuel Ferreira	1954	São Roque, São Miguel	Empregado de escritório	Sindicato dos Eletricistas
Manuela Medeiros	1942	Santa Clara, São Miguel	Operária tabaqueira	Sindicato das Indústrias Transformadoras
Maria Helena Chaves Duarte	1944	Capelas, São Miguel	Cozinheira e pasteleira	Sindicato dos Profissionais de Transporte, Turismo e outros Serviços de São Miguel e Santa Maria
Sebastião Augusto Conceição Mota	1944	Engenho, Marinha Grande	Lapidário e pintor de vidro	Sindicato da Indústria Vidreira
Francisco Duarte	1937	Marinha Grande	Vidreiro e metalúrgico	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos Sindicato da Indústria Metalúrgica
Etelvina Lopes Rosa Ribeiro	1955	Marinha Grande	Operária vidreira	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vidro
Luzia Lopes Mendes	1944	Covilhã	Urdideira mecânica	Sindicato Têxtil da Beira Baixa
Casimiro dos Santos	1952	Pampilhosa da Serra	Professor de História	Sindicato dos Professores da Região Centro
Luís Pereira Garra	1957	Manteigas	Operário têxtil	Sindicato Têxtil da Beira Baixa União dos Sindicatos da Covilhã
Maria do Céu Ferreira	1946	Gouveia	Operária de lanifícios e técnica de formação	Sindicato Têxtil da Beira Alta e da Federação Têxtil União dos Sindicatos da Guarda
Manuel Carrola	1945	Covilhã	Tecelão	Sindicato do Pessoal da Indústria dos Lanifícios União dos Sindicatos da Covilhã / Inter-Reformados
Ramiro do Carmo Cunha Reis	1947	Covilhã	Eletricista	Sindicato dos Eletricistas do Centro Comissão de Trabalhadores da Ernesto Cruz, C.ª Lda. Sindicato Têxtil da Beira Baixa
Alexandrina Alves	1949	Eirada, Covilhã	Operária têxtil e cozinheira	Sindicato da Função Pública

Nome	Ano de nascimento	Local de nascimento/ residência	Profissão	Sindicato em que participou
José Duarte Alves	1946	São Paio de Gouveia	Operário da construção civil	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Castelo Branco
Adelino Martins Mota	1954	Delães, Famalicão	Operário têxtil	Sindicato Têxtil em Riba de Ave
Ana Maria Ferreira Guimarães	1951	Lordelo, Guimarães	Operária têxtil	Sindicato Têxtil em Guimarães
Antónia Oliveira de Freitas Marques	1951	São Paio, Guimarães	Operária têxtil	Sindicato Têxtil em Guimarães
Domingos Peixoto	1949	Louro, Braga	Desenhador de máquinas	Comissão de Trabalhadores da MABOR Sindicato dos Químicos do Norte
Maria Elisa Marques	1945	Braga	Professora do ensino primário	Sindicato dos Professores da Zona Norte
Maria da Graça Branco	1941	Barcelos	Professora do ensino secundário	Sindicato dos Professores da Zona Norte
Jaime Marques	1952	São Jorge Pevidém	Empregado administrativo	Sindicato Têxtil do Distrito de Braga
Victor Vilaça	1950	São Jorge Pevidém	Serralheiro	Sindicato Têxtil do Distrito de Braga
Joaquim Pereira da Costa	1947	São Jorge Pevidém	Afinador de teares e mestre de tecelagem	Sindicato Têxtil do Distrito de Braga
José Cunha	1947	Silvares, Guimarães	Eletricista	Sindicato dos Eletricistas de Braga
Lurdes Leite	1952	Jugueiros, Felgueiras	Operária têxtil	Sindicato do Vestuário de Braga
Maria Costa Cruz	1940	Póvoa do Lanhoso	Empregada de limpeza ecozinheira	Sindicato da Hotelaria
Sérgio Ribeiro	1952	Guardizela, Guimarães	Empregado administrativo e funcionário sindical	Sindicato Têxtil de Guimarães Sindicato dos Químicos do Norte

1 Identificação dos ativistas cujos testemunhos foram considerados na análise.

Este artigo, tomando como ponto de partida a interpelação de Manuela Medeiros, procura ilustrar que emoções são recordadas e expressadas pelos diferentes interlocutores ao longo dos seus relatos, relacionadas com diferentes momentos dos seus percursos, desde a infância ao processo de consciencialização social e política, considerando depois o seu longevo compromisso com a atividade associativa, cívica e política, narrativas em que a Revolução dos Cravos se inscreve como uma charneira incontornável.

O artigo divide-se em três partes correspondentes a três períodos coerentes da história contemporânea de Portugal, mas que também encontram correspondência com marcos cruciais destas narrativas biográficas – o antes e o depois da revolução, bem como o início de um período de resistência que se prolonga até à atualidade. Esta última fase não corresponde a uma data fixa e universal. Como Carlos Mesquita[8] argumenta no seu depoimento, o PREC (Processo Revolucionário em Curso) social estende-se muito para além do PREC militar que se considera terminado a 25 de novembro de 1975.

Recordações da ditadura

A metodologia adotada de entrevistas biográficas semidirecionadas começa por desencadear memórias relativas à infância que expressam, na maioria dos casos, recordações e emoções intensas relacionadas com as condições de vida antes da Revolução. Os testemunhos recolhidos e as emoções transmitidas são diversificados, ilustrando a experiência de homens e mulheres de diferentes contextos socioculturais que, no entanto, descrevem uma mesma realidade marcada por dramáticas privações e a sobre-exploração do trabalho. A investigação que recorre à memória revela que a lembrança da pobreza durante a ditadura é marcante em regiões do país muito diferentes, bem como o medo e a moderação das populações rurais face ao ativismo político. Não deixam de ser lembradas diferentes modalidades de conflito, que incluíram resistências contra as políticas da ditadura, como o Povoamento Florestal ou a Colonização Interna, protestos e motins devido à escassez de géneros e carestia de vida, reivindicações e greves, e ainda formas de resistência "infrapolíticas" ou "quotidianas" (Freire, Fonseca e Godinho 2004; Viseu 2007; Souto, 2015; Almeida 2018).

Com efeito, antes mesmo de falar da sua experiência própria, por vezes os ativistas referem-se à dos seus ascendentes, remetendo comummente para um universo marcado pela pobreza extrema e a fome. Destaca-se o testemunho de diferentes interlocutores sobre os acordos de arrendamento de terra a que se sujeitavam aqueles privados de propriedade. Maria Costa da Cruz conta que os trabalhadores "que semeavam o milho, que semeavam o

[8] Carlos Mesquita (n. 1950), dirigente associativo. Entrevista realizada em Guimarães, em janeiro de 2023.

feijão e tudo isso, eles passavam fome […]. Eles tinham que pagar conforme o que a quinta desse". Ana Maria Guimarães explica que, "em anos bons, as coisas até estavam mais ou menos, em anos maus a gente ainda tinha que pedir semente para voltar a semear, porque tinha que dar três partes ao senhorio. E eu irritava-me com aquilo". E Lurdes Leite confirma: "Sim, sim, três partes e, quando não tinham, tinham de comprar para dar, nem que passassem fome. Isso passou-se com os meus avós […]. Não se importavam que houvesse fome."

A ideia de que a fome justificava a subversão de regras e práticas consideradas injustas está patente em vários testemunhos, revelando convicções partilhadas relativas aos limites morais a impor às relações de produção e consumo em vigor (Thompson 1993). A memória dos protestos que marcaram os anos da guerra surge associada à valorização dessas mesmas práticas de subversão legitimadas pela fome e a opressão vivenciadas. Maria do Céu Ferreira ouvia o pai contar que, "durante a Segunda Grande Guerra, havia um burguês que dizia: 'Nós cá ainda não comemos nem cães nem gatos.' Queria dizer que em Portugal não havia guerra e que não tinham comido nem cães nem gatos. E o povo que passava fome arrombou-lhe a casa para lhe roubar a 'tulha', porque realmente as pessoas tinham fome". Como os próprios intelectualizam, ainda nas palavras de Maria do Céu Ferreira, "estas histórias, este ambiente na família existia, e eu fui muito tocada por ele". Também Lurdes Leite conta que, quando o seu avô testemunhou perante o juiz, após "um assalto ao milho da ordem, que eram as ordens religiosas que tinham um milho guardado e não vendiam", o avô "perguntou-lhe se teve um filho com fome, se havia a lei quando se tinha um filho com fome em casa".

Por outro lado, alguns movimentos icónicos contra a fome são conhecidos e repetidos por estes ativistas. Na região do Vale do Ave distingue-se a marcha da Fome em Pevidém[9]. Victor Vilaça recorda: "Tenho isto na minha memória, a minha mãe falava disto muitas vezes, ela assistiu à primeira greve de fome em Pevidém, nos anos 40. Ela caminhou e depois apanhou do pai dela, que era do Salazar." Lurdes Leite explica que "a nós também nos foi transmitido de certa forma algumas coisas […]. Porque as mulheres, os trabalhadores de Pevidém fizeram uma Marcha da Fome antes do 25 de Abril. […] Havia mesmo fome e era preciso fazer algumas coisas". Sérgio Ribeiro associa estas memórias à admiração que esta geração nutria pela anterior, que se tinha destacado na luta contra o salazarismo, e ao papel desta última na politização da primeira: "Todas essas lutas aquela gente passou-as e viveu-as e lutou por elas, pela reivindicação de direitos. […] E depois aquilo era gente

[9] A Marcha da Fome de Pevidém enquadra-se nos movimentos "pelo pão e pelos géneros", organizados pelo Partido Comunista Português em maio de 1944. No dia 8 de maio, os operários do Vale do Ave marcharam até Guimarães em silêncio, carregando bandeiras negras (Cortesão 2012).

que se encontrava, que conversava, fazíamos passeios à beira-rio para discutir e conversar, fazia-se ali a educação política das pessoas".

Para além da memória transmitida, durante as entrevistas os ativistas sublinham que, ainda na infância, as condições de trabalho dos pais os marcaram bastante, condições que descrevem como generalizadas. Maria Costa da Cruz relata:

> Eu vivi sempre muito amargurada com a vida que o meu pai levava. A minha mãe, coitadinha, tinha as filhas e os filhos para olhar, para cuidar, e ainda ia fazendo alguma coisinha por lá, a ajudar aqueles lavradores. Mas o meu pai fez uma vida de trabalho que só quem viu é que sabe, porque ninguém imagina […]. Tudo isso, se calhar, foi ficando, foi ficando- e eu fui aprendendo alguma coisa e percebendo que aquilo não era vida para as pessoas.

A par das emoções relativas às condições de trabalho dos pais, as suas próprias privações são igualmente referidas com emoção. Lurdes Leite descreve as condições de habitabilidade, contando que "a primeira casa onde vivi, era uma casa de terra, só com telhado sem ser forrado e a retrete cá fora". Maria Helena afirma que nasceu "numa casa que até me choca às vezes falar nisso, era como um palheiro". Sobretudo no Norte, também é lembrada a falta de proteção para fazer face ao clima rigoroso. Joaquim Pereira da Costa testemunha: "Eu, na minha infância, andei descalço na neve. Com 5, 6 anos, 7, a entrar para a escola primária, são coisas que não me saem da cabeça." Maria Costa da Cruz confirma: "As crianças iam descalças, com a neve, com a geada, com o gelo, mesmo, de pedrinha em pedrinha a saltitar para ir para a escola e estavam na escola cheias de frio, com a blusinha."

Destaque-se por fim o testemunho de José Cunha, para ilustrar como estas vivências foram marcantes e ainda hoje são alvo de reflexão:

> O estilo de vida e a forma de se viver naquela altura levavam-nos até a selecionar os funerais ou as pessoas que morriam, porque nos davam um pão, dentro das possibilidades de cada família […]. Havia um caso ou outro que, ou porque não tinham, ou porque tinham dificuldades, não davam nada, e a gente, aos que não davam nada, ficava aborrecido por ir e não receber nada. Estas são as marcas que eu hoje não estou arrependido de fazer o que fiz, mas sinto que aquele tempo do antes de Abril era uma tristeza, era um viver assim um bocado… E nós é que tínhamos pouca sensibilidade para perceber a diferença de quem tem ou de quem não tem. Mas esta foi uma marca que ficou e que eu ainda mantenho.

Entre os entrevistados, aqueles que não tiveram esta experiência de privação não deixam de fazer menção ao contacto que tiveram com essa realidade e de que forma esta

foi fundamental para a sua consciencialização. Victor Vilaça realça que "uma das coisas que mais me sensibilizou, até que marcou a minha vida para o futuro de luta por uma consciência e por uma vida melhor, foi a miséria que vi à minha volta… os operários saíam das fábricas às 6 horas e as crianças ficavam em casa. Mesmo no inverno saíam em fraldas, pobres, subnutridas, ao frio, à chuva, nas ruas, e isso deixou-me extremamente sensibilizado".

Por outro lado, esta realidade foi determinante no percurso de praticamente todos os entrevistados que iniciaram a sua vida profissional imediatamente a seguir a completarem o ensino primário, alguns antes. O destino das raparigas foi em muitos casos o trabalho doméstico: quatro das nossas entrevistadas "foram servir" a partir dos 11 anos. Estas vozes, como defende Inês Brasão, permitem "rebater um pressuposto de amorfismo crítico subjacente em determinadas leituras sobre as motivações para a transformação nas classes subalternas" (Brasão 2013).

Maria da Cruz sublinha: "Falar dessa minha vida é muito difícil, mas pronto, lá foi passando. E então nós éramos cinco filhas, cinco raparigas, e então fomos todas servir, servir era irmos para a casa dos fidalgos daquele tempo. E fomos todas servir." Entre estas mulheres, destaca-se uma forte mágoa pela interrupção forçada da escolaridade. Ana Maria conta: "E eu, como era masoquista, ainda fiz pior, porque tinha colegas que iam estudar; e tinha uma paragem na camionete de frente de onde eu estava e eu punha-me ali, no interior da janela, para vê-las entrar para a camionete e chorar. Como se aquilo fosse agradável. Mas fiz isso durante muito tempo e depois esqueci. Teve que ser."

A indignação estende-se também às condições de trabalho. Lurdes Leite relata que, "de manhã, a gente levantava-se, enchia o tanque de água com a bomba, regava o que tivesse de regar, lavava o tanque que era para depois lavar a roupa que houvesse no dia. Para lavar, estivesse chuva, frio ou sol. E levantava-me às cinco da manhã". São também lembrados o distanciamento da família, a escassez dos períodos de descanso e a iníqua remuneração. Maria Helena afirma que "só ia a casa pela Páscoa, pela procissão de Santo António, no mês de julho, e pelo Natal, mais nada […]. É para ver como a minha vida foi muito difícil". Conta ainda que numa dessas interrupções queria comprar uns sapatinhos para a procissão e percebeu: "Eh, pá, não tenho dinheiro nem para os mais feinhos, não tenho dinheiro. Não ganho isso num mês, num mês inteiro."

Entre as restantes mulheres entrevistadas, destacam-se outros percursos, também marcados pelo ingresso precoce no mundo do trabalho e o consequente abandono da escola. Alexandrina Alves conta: "Fiz a minha quarta classe e depois não havia possibilidades de continuar, com grande pena minha. […] E eu comecei, portanto, a ajudar nas lides do campo, […] e depois fui também trabalhar a seguir, ali pelos 14 anos, para a quinta da

Várzea, que era na altura a quinta dos Garrett, para a agricultura. E pronto, a seguir fui para a fábrica, com 15 anos."

A entrada das mulheres nas fábricas, porém, em alguns casos exigiu grandes sacrifícios, que também são recordados por diferentes protagonistas em contextos diversos. Alexandrina Alves revela: "A minha mãe, na altura fazia-se o pedido àquelas pessoas para nos abrirem a porta para se poder ir para a fábrica, que era em Unhais da Serra. E aí foi posta a questão: 'A tua filha vai para a fábrica, mas tens que deixar vir a outra para cá servir'." Ana Maria, de Guimarães, confirma que, "para empregar nas empresas, era muito difícil. A minha mãe, para me empregar a mim e uma irmã que eu tenho mais velha do que eu três anos, que também andava a servir, trabalhou três anos para um senhor da terra […]. Teve de trabalhar três anos de graça".

A entrada dos homens nas fábricas parece ter sido mais simples e precoce. Como conta José Cunha, "comecei a trabalhar muito cedo, também porque naquela altura todos nós praticamente começávamos muito cedo a trabalhar", uma formulação repetida por vários dos entrevistados, como por exemplo Ramiro Reis: "Aliás, como era normal naquela altura, toda a gente tinha que trabalhar,. Por vezes iam aprender os ofícios "ainda meio de graça, a aprender e a trabalhar", como lembra José Duarte.

Também nestes casos, é sublinhada a violência do abandono escolar precoce. Adelino Mota recorda-se "como se fosse hoje". Terminou a instrução primária "a uma sexta-feira e na segunda-feira fui trabalhar. Ainda só tinha 10 anos". Luís Garra, que aos 10 anos foi "aprender para alfaiate" e aos 11 ingressou numa fábrica de lanifícios, confessa que essa situação lhe deixou mágoa: "Porque, se eu gostava de estudar, tinha apetência para o estudo e sou impedido de ir estudar, tenho de ir trabalhar, isso gerou em mim, não digo revolta, mas alguma dor me deixou."

Os relatos do mundo do trabalho fabril envolvem a descrição das condições de trabalho, o que também evoca emoções com analogias entre os entrevistados. Os libelos partem sobretudo das mulheres. Ana Maria relata com indignação que havia "algumas senhoras de idade que nos contavam histórias de arrepiar os cabelos. […] Muitas de nós tivemos que passar pelo escritório. É que eles depois chamavam-nos ao escritório e abusavam de nós". E Antónia Marques confirma**:** "Aquilo era muito duro, tratavam um bocado mal as pessoas. Depois havia lá um encarregado, que, pronto, gostava de se meter com as meninas e quem não desse, era mal tratado e a gente revoltava-se com essas coisas […]. A canalha andava sempre a chorar, aquilo era um terror, era um terror mesmo." Manuela Medeiros denuncia também que a discriminação a que as mulheres estavam sujeitas chegava ao ponto de terem de esconder as suas gravidezes: "E às vezes acontecia, se havia alguma pessoa grávida, os patrões não podiam saber porque senão eram mesmo despedidas, aquilo era um segredo."

As emoções que estas recordações despertam não deixam de ser intelectualizadas e expressam uma profunda reflexividade sobre a desigualdade social, sendo comummente mobilizadas para justificar opções de vida, designadamente a do ativismo sindical. Com efeito, sendo implícita a importância desta experiência para a consciencialização social e a atividade cívica, alguns protagonistas tendem a explicitar o seu impacto. Maria do Céu Ferreira explica: "Apercebi-me que havia gente com muito dinheiro, casas riquíssimas, e casas dos pobres, sobretudo nas aldeias da Serra, onde as casas eram térreas e muitos telhados eram ainda de colmo, e onde havia muito pouco, vivia-se da venda do carvão e de uma agricultura de subsistência. Aquele tipo de desigualdades de certo modo marcou-me."

Maria Helena conta que, noutra casa onde serviu, as raparigas à sua responsabilidade "eram um bocadinho mazinhas" com ela:

> Eu achava que aquilo não era humano. Por exemplo, elas queriam era que eu saísse vestida de criada, não sei se está a ver, uma coisa na cabeça, com o avental. Eu disse: 'Ai queridas, enquanto eu estou trabalhando eu sou vossa empregada, mas eu não vou sair com vocês vestida assim. Porque é que eu não vou vestir a minha roupa? Para toda a gente saber que vocês têm uma empregada? Fica feio.' Já eu tinha estas ideias, já eu tinha estas ideias da diferença de classes.

Por outro lado, a revisitação destas memórias difíceis é mobilizada pelos ativistas para denunciar a realidade vivenciada e preservar uma memória que sentem ameaçada. Maria Elisa Marques partilha a sua experiência como professora primária, descrevendo a pobreza a que assistiu, relacionando-a diretamente com o regime salazarista:

> E descalças, que isso é que me arrepiava mais. Custava-me muito ver os miúdos descalços na escola, com o meu feitio não dava. Custou-me muito a adaptar-me a isso. […] Aliás, antes do 25 de Abril, no tempo de Salazar, tudo era pobre. Tudo era pobre, ou porque não tinham comida, ou porque não tinham roupa, ou porque não tinham casa, tudo, tudo, tudo. Não havia sequer pão, em muitas casas não havia sequer pão.

Jaime Marques indigna-se especificamente com "essas pessoas a defender os salazares, eu até me arrepio todo. Arrepio-me porque as pessoas não sabem como era […]. O salário era muito baixo, era a mão-de-obra muito barata e baseava-se nisso. E depois as relações laborais também eram umas relações quase de escravatura, de servidão". E Ana Maria argumenta: "Porque pessoas da minha idade, ou aproximada, ou até mais velhas do que

eu, não terem memória deste tempo. Podem não ter, eu agora há coisas que me esqueço muito, mas memórias deste tempo, eu acho que as pessoas não esquecem. Não esquecem o antes e o depois, não é possível. Para mim não é possível de jeito nenhum."

Em suma, a vivência direta ou indireta da pobreza e das desigualdades sociais marca os depoimentos destes ativistas, que a associam explicitamente ao seu processo de consciencialização política e a mobilizam para ilustrar a natureza social da ditadura. Por outro lado, apesar do dramatismo destes testemunhos, os ativistas não se vitimizam e sublinham com orgulho diferentes formas de resistência, que incluíam práticas de solidariedade informalmente organizadas, a subversão de normas e práticas consideradas injustas, em coerência com as memórias transmitidas pelos seus ascendentes, e ações reivindicativas, quer individuais, quer coletivas. Como Sónia Ferreira argumenta, os relatos destas práticas permitem avaliar a experiência coletiva para além dos "momentos formais cristalizados na história como exceção", atentando às "práticas a montante e a jusante dos momentos públicos, conferindo uma perspetiva globalizante à análise da resistência" (Ferreira 2013).

A memória da solidariedade no período que antecede a Revolução está muitas vezes associada a um contraponto emocional que mitiga as carências enunciadas. Lurdes Leite conta com intensa emoção:

> Recordo-me de estar um dia de sol e vir da escola a chorar e a merceeira perguntou-me o que é que eu tinha e eu disse-lhe […]: "Eu tenho fome." E ela chamou-me e deu-me pão com figos. E essas coisas nunca se esquecem. Eu tinha sete ou oito anos, não me recordo. Só sei que tinha fome e pedi o que comer e foi-me dado. E talvez não era tão mau porque havia muita solidariedade.

Para além destes exemplos de assistência individual, destacam-se os movimentos coletivos que uniam as comunidades de lugar e de trabalho, como as práticas de entreajuda no campo, relatadas por vários protagonistas, como Domingos Peixoto: "Os vizinhos ajudavam-se uns aos outros nos tempos de vendavais, íamos para o monte, os jovens, as crianças, apanhar lenha, ajudávamo-nos uns aos outros […]. Portanto, havia bastante solidariedade."

Em contexto fabril, Sebastião Mota descreve a prática de fazer subscrições em favor de um colega necessitado:

> Era andar a pedir com uma lista, o nome. Quanto é que dás? 25 tostões, tal, tal, tal e depois entregar à pessoa. "Olha, o resultado é isto." Quando havia alguém que precisava e nós tínhamos conhecimento. Porque naquela altura nem havia oportunismo. As pessoas nem

> sabiam ser oportunistas, eram pessoas sérias que tinham a confiança da comunidade. E pronto trabalhava-se assim.

Estas práticas de solidariedade podiam igualmente desafiar as próprias relações de produção no sentido de as tornar mais justas. Maria do Céu Ferreira relata que:

> Quando fui urdideira, o responsável pela secção dava cinco centavos por cada corte urdido. Ora, quem conhece este trabalho sabe que quem urde mais cortes não é quem mais trabalha, então só havia uma forma de todos nos ajudarmos. O dinheiro juntava-se e no final da semana dividia-se. Isto levou a uma grande entreajuda e deitou por terra aquilo que o chefe pretendia.

Esta contestação de normas e práticas consideradas injustas e atentatórias da dignidade dos trabalhadores conduziu, segundo os relatos analisados, às primeiras ações reivindicativas destes protagonistas, em alguns casos individuais. Em contexto doméstico, Lurdes conta que a primeira greve que fez foi à comida, sem saber o que estava a fazer. "E a minha patroa um dia disse-me: 'Tu vais fazer uma panela de sopa e vocês as duas vão comer sopa toda a semana.' E eu disse para ela: 'Tu podes comer, eu não como. A sopa vai ficar aí.' E então nós não comemos a sopa. […] E a patroa acabou por ver que nós que não comemos a sopa e desistiu da ideia." Também Maria Helena revela que, na sequência dos episódios dos sapatos, chegou a casa e disse: "'Olhe, senhora, vou-lhe dizer já, eu, se a senhora não me aumentar para 40 escudos, vou para a festa e já não volto'. […] E as miúdas: 'Ó Maria Helena, não vás, fica aqui connosco.' 'Se a tua mãe me der mais cinco escudos, se não me der… Nem sequer me dá para um par de sapatos.'"

Em contexto fabril, destaca-se o relato da resistência aos frequentes e arbitrários castigos e abusos dos encarregados, que por vezes motivavam represálias fora da fábrica. Antónia Marques conta que chegou a vir de castigo três dias para casa por "uma coisa de nada", o que a revoltou: "Olha, o palhaço leva a mulher para casa. Se for preciso por nada, vai a mulher de castigo." Mais tarde, um [anonimizado] ameaçou o encarregado num estabelecimento da comunidade. "Nunca mais me disse nada. […] As pessoas às vezes deixam-se ficar e não fazem nada, não reagem. Deixam-se maltratar. Duas sapatadas cá fora e acabou. Tem que ser às vezes."

Para além destas formas de resistência quotidiana, são destacados os primeiros grandes desafios ao regime e às suas forças repressivas. Deve lembrar-se que na década de 1960, segundo Pâmela Cabreira, a resistência à imposição de um maior esforço de trabalho, pela operação de um cada vez maior número de teares, encontrou resistência das mulheres

do setor têxtil em diversas empresas e localidades do país (Cabreira 2024). Alexandrina Alves, protagonista da greve das operárias da Penteadora de Unhais da Serra[10], conta que "nós estávamos a trabalhar, andávamos um percurso de uma hora e meia da Eirada para Unhais e éramos jovens. Conversávamos e falávamos dos nossos problemas e aquilo que estávamos a sentir naquela altura era uma exigência de mais trabalho, que para nós era considerado desumano". Em 1969, Alexandrina trabalhava na secção dos contínuos, num corredor de máquinas com 200 fusos de cada lado, cerca de 8 metros de comprimento, e queriam que passasse a trabalhar com o dobro, intensificando um esforço que já considerava significativo. É neste contexto que as operárias da Penteadora de Unhais entram em greve, desafiando as forças repressivas:

> Nós tínhamos a convicção de que não somos máquinas, somos pessoas. Portanto, só temos uma coisa a fazer, é parar e dizer: "É impossível!" […] Claro que a entidade patronal aqui tem a posição de chamar a GNR e, quando chega ao momento, querem-nos mesmo obrigar, vêm mesmo com as metralhadoras em punho para nos obrigar a trabalhar. Nós na altura éramos adolescentes, éramos jovens, e a gente teve aquela força de dizer "façam o que quiserem, mas nós não podemos aceitar esta exigência".

Tal como no que respeita à recordação da pobreza, as emoções despertadas pela memória da resistência são também convocadas e enquadradas por uma forte reflexividade relativamente a sentimentos como a dignidade e a coragem. Alexandrina Alves cita a máxima de Cardaign: "A alma do mais simples operário vale mais do que todo o ouro do mundo", para explicar que "nada pode vir contra esta parte. Porque nós somos pobres, somos ignorantes, somos muita coisa, mas temos uma dignidade, tal qual como o maior rico […]. E nós tínhamos isto muito dentro de nós e era a força que nos movia e nos move".

Naquele mesmo ano (1969), a revisão da legislação sindical, substituindo o sistema de homologação posterior das direções eleitas por um sistema de legitimação prévia, restringindo as condições de dissolução dos sindicatos e prevendo a nomeação de delegados nas localidades, acelerou um processo em curso de conquista das direções dos sindicatos corporativos por listas de trabalhadores desafetos ao regime, dando origem a uma onda de greves que marcou os últimos anos da ditadura (Nunes 2011). Os relatos deste processo são contados de diferentes perspetivas, demonstrando orgulho pela participação no processo e indignação face à repressão a que foram sujeitos os sindicalistas.

[10] Resumo da greve disponível em: https://50anos25abril.pt/historia/unidos-venceremos/as-mulheres-e-o-trabalho/.

Entre os primeiros destacam-se aqueles que participaram na democratização dos sindicatos, aproveitando a oportunidade criada pela legislação de 1969. Maria do Céu Ferreira conta com orgulho a sua contribuição pessoal para integrar as mulheres no processo, em Gouveia:

> Entretanto, em 1969, com a queda de Salazar, homens ligados aos organismos da Ação Católica, nomeadamente à LOC, formam uma direção e candidatam-se ao sindicato. Candidataram-se e ganharam. Numa primeira ou segunda reunião para discutir a contratação coletiva, eu convido uma senhora e vamos ao sindicato participar na reunião. Coloquei o problema: porque é que tinham que ser homens a tratar de problemas que dizem respeito às mulheres, nomeadamente a maternidade? Deram-me uma salva de palmas, que se eu tivesse um buraco tinha-me metido nele. Entretanto, convidaram-me para fazer um comunicado e eu fiz a apelar às mulheres para participarem. Na segunda reunião eram mais mulheres que homens. Uma coisa linda, linda.

Jaime Marques, que participou pessoalmente na democratização do Sindicato Têxtil do Distrito de Braga, em 1973, conta que "nós começámos a ir às fábricas, corremos as fábricas todas, […] distribuíamos uns panfletos e aquilo começou a crescer, a crescer de tal maneira que terminou em 15 de abril de 1973, com uma vitória retumbante da nossa lista". O que mais o marcou foi o dia da votação, "porque foi ali na rua do Camões, mas aquilo era um mar de gente para votar", e realça com orgulho que "os votos que eles tiveram foram só dos encarregados, o resto era tudo connosco, porque toda a gente sentia a necessidade de ter um sindicato. […] De imediato, o sindicato passou a ser uma casa para os trabalhadores, que sentiram que ali estava alguém que os ia defender".

Estas recordações não convocam apenas emoções positivas. Alguns dos protagonistas lembram as dificuldades e a persistência necessária nestas primeiras movimentações. Segundo Francisco Duarte, que em 1971 foi eleito delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos: "Na maioria dos casos éramos escorraçados, especialmente quando íamos ali ao Bombarral tentar ver quem eram os aprendizes que trabalhavam nas oficinas sem terem idade!" Ramiro Reis também destaca, como a memória mais marcante da sua atividade sindical antes do 25 de Abril, a repressão policial no "1.º de Maio, quando íamos para o trabalho e saíamos de casa às seis da manhã ou cinco e meia e encontrávamos as ruas e os acessos todos bloqueados pela GNR, que estava em todas as esquinas até à porta das fábricas". Finalmente, uma das questões mais sublinhadas por vários das e dos protagonistas era a constante presença de "bufos", informadores da PIDE, nas fábricas, associações e também no movimento sindical. Sebastião Mota conta o que sentiu quando

soube que um dos seus colegas fora visto a falar com o diretor da PIDE de Leiria: "Isso para mim foi uma faca no coração."

Em suma, as emoções evocadas nas memórias dos sindicalistas que viveram a revolução recuam ao passado difícil da ditadura, que não é evitado. Pelo contrário, é relatado e analisado para ilustrar uma realidade que repudiam e que procuram denunciar nas suas múltiplas dimensões opressivas às quais fazem corresponder diversas formas de resistência. Estes relatos, na estrutura da narrativa biográfica, são também mobilizados para realçar o significado das "conquistas da Revolução".

Memórias da Revolução

A Revolução portuguesa é relatada por estes protagonistas, em primeiro lugar, como um período de excecionalidade que, no que respeita à história das emoções, está ainda por estudar em profundidade. Como Manuela Cruzeiro sublinhou, é necessário "juntarmos as vozes de quem viveu essa experiência única – dos principais protagonistas às figuras secundárias ou mesmo passivas – captarmos ambientes, formas de pensar, valores, racionalidades e sensibilidades" (Cruzeiro 2018).

Na maioria das narrativas, o 25 de Abril é descrito como um momento de emoção inesperada e involuntária. "O 25 de Abril foi um acontecimento inesquecível para toda a gente. Foi de uma alegria transbordante", conta Francisco Duarte. "Foi a noite mais feliz da minha vida, e o dia a seguir. Eu não sabia, eu estava com os pés na terra, mas acho que estavam também voando", declara Maria Helena. "E só se ouvia: Até que enfim. Já veio tarde. Somos livres. Não se pode voltar para trás", relata Elisa Marques. Victor Vilaça revela: "Eh, pá, fiquei radiante, e as pessoas estavam estupefactas, porque, aqui no Norte, nunca se acreditou que podia haver uma revolução, isto era de tal forma repressivo e as pessoas tinham tão pouca informação…"

Para parte significativa destes protagonistas, a memória da Revolução coincide com a recordação do seu processo pessoal de consciencialização política. Maria Costa da Cruz lembra que "havia as sessões de esclarecimento, depois do 25 de Abril, nas escolas, nas juntas de freguesia, e eu queria ir e foi assim que eu comecei, para ir, para perceber, para começar a perceber afinal o que é que estava mal, tão mal, tão mal, e o que é que queríamos mudar". É também neste período que vários destes protagonistas iniciam a sua atividade sindical. Adelino Mota destaca que "não era um homem, ainda, com o conhecimento, com uma convicção política assim tão profunda, mas sentia a necessidade da liberdade, sentia a necessidade da alteração. E, portanto, aquilo foi a alteração da correia, e, portanto, foi a liberdade da correia, e, a partir daí, foi sempre, sempre…". Não deixam

contudo de relacionar a sua estreia no ativismo com o sentimento de injustiça já aludido pela perceção das desigualdades durante a infância e juventude. Lurdes Leite sublinha que "propriamente consciência eu não tinha. Eu acho que o que me foi trazendo a alguma atividade, a juntar-me a pessoas, a querer fazer coisas, foi um bocado talvez o sentido que eu tinha das injustiças". Maria Costa da Cruz explica: "Eu sentia que tinha de o fazer porque sabia que isso era necessário, que era justo, e então, se eu via a vida tão ruim como era, as dificuldades, aquela submissão, aquela coisa, tinha que lutar pelos direitos das pessoas, por melhores condições de vida, melhores condições de trabalho."

Por outro lado, é também durante a narração do seu ingresso nos movimentos sociais que os ativistas refletem sobre as motivações desta opção. Luzia Lopes justifica a assunção da responsabilidade como delegada sindical, revelando que "acreditava no meu contributo, com as minhas colegas de trabalho, com os meus colegas de trabalho, numa perspetiva de respeito, de coerência, de verdade e de dignidade, o que me levava a comprometer-me". Maria Helena confessa que, "às vezes, não sei explicar, era uma vontade que eu tinha, […] não podia deixar mal os trabalhadores, tinha que lutar por eles, porque eles também estavam precisando imenso de ajuda".

Domingos Peixoto, por seu lado, associa a sua motivação à formação católica: "A minha vontade e dedicação vem do passado junto à Igreja, vem daquilo que eu fui aprendendo. Eu aprendi que as pessoas são todas iguais. Eu aprendi que devemos ser solidários e essa era a minha vontade pessoal." Já Joaquim Pereira da Costa relaciona-a com a própria experiência operária: "Na TVP, aí é que eu comecei a abrir os olhos. […] Os problemas na indústria têxtil eram muitos, e então aí é que eu fui, digamos, que empurrado para a frente e assumi, na altura, a função de delegado sindical e passei para o sindicato. E aí começou a nossa luta."

Deve-se destacar que estes percursos e emoções individuais são enquadrados por relatos dos processos coletivos, em particular o desejo generalizado de mudança e a intensidade da mobilização coletiva. Maria da Graça Branco, ao contar o processo de construção do Sindicato dos Professores do Norte, lembra que "íamos todas daqui de Braga, ia tudo […], acho que tudo estava interessado em mudar, […] eu acho que era até mais aquela coisa de nos juntarmos e de mudarmos a própria escola".

No mesmo espírito de alterar a ordem do "antigo regime" no sentido de corrigir as injustiças sentidas, Manuel Carrola descreve o processo de saneamento do Instituto das Obras Sociais e a consequente assunção da sua direção por uma comissão de dirigentes sindicais. Ficando responsável pela admissão das crianças, o sindicalista testemunha:

> Claro que eu vi as ambições que lá estavam. Quem eram os garotos que lá estavam. Eram os filhos ou dos industriais, ou, uma boa parte deles, de bancários, que ganhavam bem. Ela tinha passado as fichas para baixo, porque eu depois lia a data da inscrição, os mais recentes estavam já por cima para entrar e os outros mais antigos, que eram os filhos de operários, que eram aqueles que tinham de ir trabalhar e não tinham onde deixar os filhos, em baixo. E eu fiz ao contrário, os filhos dos operários passaram todos para cima e os outros passaram para baixo; foi ao contrário.

Esta lógica de correção das injustiças é também refletida nas palavras de Antónia relativamente aos abusos de que as operárias eram vítimas: "Depois, começou a haver o movimento sindical, começou a haver amizades lá dentro e aquilo abrandou um pedaço. Aí foi, abrandou mesmo, teve que abrandar. Já não faziam o que eles queriam, porque a gente também lhes saltava em cima."

Destaca-se, por outro lado, um profundo orgulho nas pequenas e nas grandes conquistas coletivas e individuais. Maria do Céu Ferreira conta emocionada a conquista do horário semanal de 42 horas: "Depois foi a conquista do sábado, das 42 horas. Em pleno inverno, aquilo foi uma coisa… As empresas todas paradas ao sábado, os trabalhadores com fogueiras para se aquecerem e eu, com outros dirigentes, a fazermos a volta às empresas […]. E pronto, foi uma luta ganha porque as pessoas aderiam em força."

Joaquim Pereira da Costa, ao relembrar a luta necessária para impor na indústria têxtil o salário mínimo fixado em 1974, explica que muitos patrões alegavam não poder pagar. Foi necessário a comissão da sua empresa contratar um contabilista para fazer um estudo técnico da contabilidade da empresa, que concluiu que bastaria a empresa aumentar ligeiramente o preço do metro de tecido para ter condições de pagar. "Pronto, eu comuniquei aos trabalhadores, e então, sim senhor, o salário mínimo estabelecido é para cumprir, que nós não abdicamos dele, e a empresa começou a cumprir."

Esta persistência e determinação no sentido de impor nas empresas os direitos conquistados na lei surge em outros depoimentos, como o de Antónia Marques, que relata com orgulho: "Ah, meu Deus, as 40 horas, aquilo foi uma guerra […]. Nós chegávamos àquela hora, parávamos tudo e saíamos todos. […] Porque ele apagava-nos a luz e aquilo ficava tudo numa escuridão […]. Podia alguém cair pelas escadas abaixo. Havia lá mulheres mais velhotas e outras. […] Mas a gente não cedeu, não cedemos."

Associada a este orgulho na persistência e na vitória, destaca-se ainda a alegria de conquistar um novo direito, por vezes nem sequer em proveito próprio. Maria Costa da Cruz, por exemplo, descreve a luta em que conseguiu impor o reconhecimento das diferentes categorias profissionais na sua clínica. "Foi muito bom, elas ficaram muito contentes

e foram para aí umas quatro ou cinco que tiveram essa regalia, e isso foi muito bom. […] E foi e venceram… Quer dizer, fui a muitas, mas essa lá na clínica, essa é que me deu muita alegria e que foi difícil."

Para além destas manifestações de orgulho nas conquistas coletivas, as protagonistas não deixam de salientar o esforço individual. Ana Maria recorda-se "de ir para a casa de banho às vezes chorar, com os nervos, que aquele dinheiro fazia-me falta, mas nunca dava parte de fraca cá fora". Lurdes Leite também lembra que, quando estavam com contrato a prazo, a orientação do sindicato era não fazerem greve, o que também era um esforço significativo para uma ativista: "E as mulheres vinham das fábricas, faziam a volta e eu estava na máquina e comecei a chorar, porque, claro, ouvi-as passar cá fora. E o encarregado era tão mau que foi dizer ao chefe que eu estava a chorar por causa da manifestação e da greve e de não poder fazer greve. E era verdade, toda a razão tinha ele."

Os ativistas, e sobretudo as mulheres, sublinham ainda o impacto que as melhorias materiais conquistadas tiveram nas suas vidas. Manuela Medeiros conta que "até fizemos uma festa com o primeiro salário mínimo que tivemos. Veio o 25 de Abril e eu não conhecia uma nota de 1000 escudos". Ana Maria dá um exemplo do que significou em termos práticos esta subida no poder de compra: "Eu lembro-me que o salário foi logo para três contos e trezentos a seguir. Foi uma alegria, porque eu tinha três crianças pequenas, não tinha televisão, não tinha frigorífico, não tinha uma cama para cada um. Não tinha uma série de coisas e consegui comprar isso tudo."

A par dos aumentos salariais, muitos outros direitos conquistados são recordados, como o direito a férias ou subsídios, realçando-se assim as grandes conquistas que a Revolução e o ativismo proporcionaram. Manuel Carrola lembra "que as pessoas deixaram de ter oito dias de férias. Aqui ainda era assim, tinha-se oito dias de férias […]. Eu assisti a isso. Depois passou a um mês de férias, um mês de subsídio, o subsídio de Natal".

Finalmente, é de destacar que a vivência do período revolucionário é evocada ainda como um período excecional na formação pessoal dos ativistas. Lurdes Leite recorda a primeira vez que representou o seu sindicato no Ministério de Trabalho durante a discussão do contrato coletivo de trabalho, altura em que conheceu os dirigentes mais experientes:

> Eles a falar pareciam doutores. Já vinham da clandestinidade, tinham muita experiência. Aquilo para mim foi, assim, uma luz, estás a ver? Achei aquilo tão bonito, tão bom, serem operários e já estarem naquele nível, defenderem a classe operária e os trabalhadores […]. Pronto, aquilo tudo para nós eram as nossas aprendizagens, era um saber que nós éramos capazes de lá chegar, éramos capazes de aprender, também de fazer. E claro que tudo isso era com o tempo que nós lá íamos.

Etelvina Rosa, que participou na autogestão da sua empresa entre 1974 e 1979, evidencia igualmente a aprendizagem pessoal assegurada por essa experiência excecional. "Nós […], a maioria, não tinha qualquer consciência política, e realmente vermo-nos ali a braços com aquilo, e ter que gerir e tratar de tudo como se fosse uma entidade patronal, deu-nos uma vivência que para mim, pelo menos, serviu para a vida."

Em suma, o período revolucionário é recordado com emoções diversas, desde uma alegria retumbante ao despertar de uma nova consciência, associada ao compromisso individual com a transformação da realidade social. Estas emoções e sentimentos são enquadrados pela descrição de um processo de mobilização social e participação cívica inéditos em Portugal, que permitiram avanços significativos ao nível dos direitos laborais, recordados com orgulho pelos que tornaram possível a sua conquista. No entanto, se estas memórias são comummente contrastadas com outras do período antecedente, não deixam também de evocar uma mágoa partilhada face ao desfecho do processo.

Memórias da contrarrevolução

As recordações positivas e edificantes do período revolucionário convivem com lembranças tristes e revoltantes da violência contrarrevolucionária. Maria Costa da Cruz não deixa de afirmar que, "mesmo depois do 25 de Abril, havia a repressão. Para mim foi mais sentido depois do 25 de Abril. Foi muito duro, foi muito duro […]. Se a gente andava nas colagens, éramos batidos, tiravam-nos as escadas, tiravam-nos os baldes, batiam-nos". Ana Maria conta que foi visitar um colega ao hospital, vítima de um destes episódios: "Ele não conseguia ainda falar, a única coisa que eu percebi foi ele dizer, quando nós dissemos: 'E então, como é que tu estás?' A falar entre os dentes que lhe doía os ossinhos todos, que não sabia o que lhe doía mais. E eu fiquei revoltadíssima naquela altura."

Se na região de Braga os ativistas sindicais testemunham essencialmente a violência da reação conservadora, no Centro/Sul é também relatada a conflitualidade entre as diferentes tendências de esquerda. Sebastião Mota conta que "estávamos lá em Santa Iria da Azoia, lá na coletividade local a fazer um plenário, e lá aquela rapaziada do MRPP tenta invadir o plenário, e ainda nos mandaram pedras. Nós estávamos atacados pela esquerda, pela direita, pela extrema-esquerda, não havia ninguém que não chutasse na gente, mas a gente chegava para isso tudo".

Como este relato ilustra, a esta revolta está muitas vezes associado o brio da resistência. O mesmo se pode verificar no testemunho de Maria Helena, que conta como os ativistas açorianos foram perseguidos: "Eu recebia telefonemas para a minha casa horríveis, chamavam-nos nomes horríveis, nojentos. Mas eu tenho um bom ouvido para ouvir a voz da pessoa.

Ligavam-me e eu: 'Tu és fulano, eu sei quem tu és, tu trabalhas com [anonimizado]. Encara-me por eu ser comunista, encara-me. Eu não tenho medo de ti, nem de ti nem de ninguém.'"

Para além da violência contrarrevolucionária, os protagonistas falam também da perseguição e do assédio patronal, mas mais uma vez associam estas lembranças a episódios de resistência que os dignificam face à adversidade. José Manuel Ferreira conta que ficou marcado devido ao seu empenho na luta pelo contrato coletivo de trabalho da empresa, tendo mesmo sido ameaçado: "Eu fui chamado à administração e eles disseram-me assim: 'Sabes qual é a porta por que entraste?' E eu disse: 'Foi aquela que está ali.' 'É por essa que vais sair.' 'É quando vocês quiserem. Mas é quando vocês quiserem' – mas, aqui por dentro, eu tinha dois filhos em casa."

Domingos Peixoto, quando era coordenador da comissão de trabalhadores da sua empresa, foi alvo de um processo disciplinar que levou ao seu despedimento. Conta este processo começando por frisar a sua intransigência face ao assédio patronal:

> Nós tínhamos essa luta muito persistente e convicta e mantínhamos uma paralisação de duas horas ao fim de cada turno. […] A administração tentou-me pôr contra o nosso dirigente máximo sindical da fábrica, que era o dirigente dos químicos, e eu disse-lhe que não me punha contra o meu colega, que não fazia nada contra ele. […] E ele deixou-me a ameaça de que eu é que seria prejudicado e que com essa atitude não estava a fazer nada a bem dos trabalhadores. Mas eu achava que estava a fazer, portanto eu não cedi.

Francisco Duarte, por sua vez, conta que "foi uma atividade sindical muito contrariada, muitas vezes pelo patronato", que, para além das ameaças, recorria ao assédio. "Tive uma vez um patrão que me fez uma proposta de eu abandonar a vida política e sindical, que poderia ser chefe da fábrica. Tivemos uma discussão que ainda hoje está na mente dos dois, certamente."

José Cunha relata um episódio semelhante:

> Eu, por exemplo, o meu patrão [anonimizado], […] um dia abeira-se de mim e disse: 'Ó Cunha, não é para deixares o sindicato, mas deixas de sair da empresa para ir para o sindicato.' E naquela altura dava-me 500 escudos a mais do que eu tinha. Eu ainda pensei, porque 500 escudos naquela altura era bastante dinheiro. […] E deu a todos e não me deu a mim, mas não foi isso que me vergou.

Manuela Medeiros explica o significado de um comportamento desta natureza para uma sindicalista, ao descrever um episódio análogo:

> De maneira que, muitas vezes, eles precisam é de ver como tem valor a palavra. A palavra de honra, que já se deixou de falar nela. A palavra tem muito valor e muito sentido. Porque ele queria dar-me mais sete escudos e meio, ou seis e meio ou sete e meio, não era brincadeira, estás a perceber? No fim da semana era um dinheirinho. Mas eu não, no fim não aceitei. As minhas colegas iam saber, e depois? E depois, eu perdia toda a confiança.

O testemunho de Luzia Lopes ajuda a densificar esta significação ao contar que também recusou um aumento que a diferenciava das suas colegas de trabalho: "Pronto, isto criava aqui uma divisão. Não valia a pena."

Para além da violência contrarrevolucionária e da perseguição patronal, estes ativistas ainda tiveram de enfrentar a desindustrialização, um processo recordado com mágoa, mas em que se valoriza a capacidade de resistência entre os trabalhadores. Os projetos de investigação que exploram a memória operária do Portugal pós-industrial revelam um processo traumático marcado pelo desgaste da identidade e solidariedade operárias, confrontadas com a atomização da força de trabalho. Não deixam de destacar a mesma resistência na defesa dos postos de trabalho, mas também da dignidade individual e coletiva (Lago 2014; Santos 2017). Para além disso, como tem sido estudado em diferentes áreas desindustrializadas, a memória hegemónica tende a culpabilizar os trabalhadores e os excessos do período revolucionário por este desfecho (Santos 2017), o que os sindicalistas procuram contestar com as suas "memórias fracas" (Traverso 2012).

Os dirigentes sindicais agora entrevistados assumem, na sua maioria, uma explicação do recuo pós-revolucionário que se relaciona diretamente com a desindustrialização. Nesse sentido argumenta Ramiro Reis:

> A Revolução e as suas conquistas duraram até para além do golpe de 25 de novembro de 1975, que a travou. Pode-se mesmo dizer que a força dos operários dos lanifícios, das operárias do vestuário, dos mineiros da Panasqueira, era tanta que, apesar de todas as tentativas de desagregação dos trabalhadores, estes só viriam a ceder perante o encerramento massivo das empresas e dos acordos de pré-reforma da Segurança Social, que substituíram trabalhadores com 55 anos ou mais, com direitos, por trabalhadores precários sem direitos.

Este argumento é ilustrado com casos concretos que vivenciaram ou acompanharam enquanto dirigentes sindicais. Antónia Marques conta:

> A fábrica faliu, só viemos embora quando ela faliu. Mas quando ela faliu, já foi com muito sacrifício dos trabalhadores, para aguentar até o fim, porque os trabalhadores ficaram sem

> quatro meses de salário, naquela altura, quatro meses de salário, três subsídios. Já estava pessoal lá a ficar maluco, já não dava mais. […] Mas, como a lei não previa meter os trabalhadores no fundo de desemprego sem ter quatro meses de salários em atraso, porque isto é sempre para dar cabo da vida aos mesmos, os trabalhadores tiveram que se aguentar ali, não é? […] Por isso é que eu digo, foi uma vida massacrada. E a gente depois fica revoltada.

No mesmo sentido vai também o testemunho de Maria do Céu Ferreira, que relata o encerramento da sua empresa, quando os trabalhadores estiveram três meses de piquete para que nada fosse retirado do seu interior:

> Os trabalhadores ficaram três meses à porta da empresa, em tendas. Isto foi no princípio de 1981, com grande apoio e solidariedade, mas também com a polícia a fazer guarda para nos demover. Havia um trabalhador que tinha a incumbência de, se viesse a polícia, ir aos bombeiros tocar a sirene. E fez, e foi julgado, mas absolvido. A greve terminou, mas depois o patrão fez *lock out*. Foi uma coisa trágica. Depois fechou, foi muito mau, porque eram 400 trabalhadores, famílias inteiras e na altura o que valeu foi a emigração para a Suíça.

Etelvina Rosa também viveu um período de insegurança semelhante, devido ao segundo abandono da sua empresa pelos patrões, em finais de 1993, mas neste caso os trabalhadores decidiram manter o forno a laborar em autogestão, na esperança de manter os seus postos de trabalho. O relato inclui mais uma vez uma reflexão sobre o significado da solidariedade para os ativistas:

> Íamos produzindo peças para alguns clientes e até a chamada jarra da solidariedade, que correu o país inteiro, e criámos uma gestão paralela, digamos assim, ou seja, fabricávamos peças que vendíamos […]. Quando sabíamos que havia uma feira numa localidade do distrito, lá íamos nós com uma banquinha e com as pecinhas para venda, para conseguir manter o forno ligado. Toda esta vivência obriga-nos a ter um espírito solidário diferente do comum dos trabalhadores.

Adelino Mota justifica a razão pela qual e de que forma, naquela conjuntura, a solidariedade entre os trabalhadores era sentida:

> Havia movimentos de solidariedade dos outros trabalhadores para a frente da fábrica, para apoiar os trabalhadores. Fui eu e muitos outros. Fomos para lá enfrentar… enfrentar a GNR, porque a GNR chegou… Porque a malta punha-se lá ao portão e não deixava entrar nem

> sair… que era para obrigar a pagar o salário. […] E a malta ia, a malta das outras fábricas era solidária, era solidária com eles, porque sabia que amanhã podia-lhes acontecer a eles.

O testemunho de Adelino Mota é acompanhado pelo do seu conterrâneo Sérgio Ribeiro: "Havia espírito de entreajuda, sabia-se que tal ou tal família estava a passar mal e ia-se lá levar alguma coisa. Eu choramingo com muita facilidade ao recordar isto."

Deverá sublinhar-se que, entre as emoções mais evidenciadas e alvo da reflexividade destes protagonistas, destaca-se realmente a solidariedade. De facto, não só são relatados acontecimentos marcantes devido a manifestações de unidade e fraternidade entre os trabalhadores, como essas manifestações são objeto de significação. Luzia Lopes, a propósito da greve têxtil de 1981 na Covilhã, o primeiro ataque ao contrato coletivo de trabalho de 1975, reflete:

> Foi um marco na minha vida porque provou-se que, se as pessoas estiverem unidas, nós conseguimos; segundo, porque os mil escudos não eram nada de mais para a vida que se estava a ter; e terceiro, sentiu-se a solidariedade. Porque ninguém sozinho consegue fazer nada, mas, se a gente sentir que tem outros do nosso lado a apoiar-nos, pronto, então as coisas conseguem-se.

Luís Garra também nos apresenta uma explanação do significado da experiência da solidariedade que importa destacar:

> Eu e mais 19 camaradas de trabalho tivemos um processo disciplinar, suspensão do contrato e suspensão do trabalho durante 6 meses. […] Não nos deixavam trabalhar, mas nós estávamos lá e, portanto, eram os trabalhadores que se punham ao portão da fábrica, a fazer alas de um lado e do outro para nós entrarmos […]. Foram manifestações de solidariedade que […] nos marcam de uma forma muito, muito profunda. Porque sentimos na pele, com atos concretos, o que é a importância da solidariedade; e, portanto, quando nós falamos da solidariedade nessa situação, já não estamos a falar de uma questão abstrata, de um princípio teórico. Nós estamos a falar de uma experiência.

Para além da resistência à perda dos postos de trabalho, os trabalhadores relatam também a progressiva perda de direitos. Manuela Medeiros, ao falar sobre a repressão policial durante a campanha contra o desconto de 2,8% no subsídio de Natal em 1983, destaca a solidariedade como fundamental e extrapola para uma ideia mais específica de confiança no coletivo sindical: "Fazia isto com muita convicção e também com muita

confiança naqueles que me rodeavam. Eu nunca estive sozinha em nada, eram poucos, mas eram bons. Porque às vezes o que tem valor não são as maiorias, mas quando as minorias são boas."

Para terminar esta secção, deverá também considerar-se que, não obstante esta determinação, nos testemunhos recolhidos está omnipresente a nostalgia de um tempo passado em que as pessoas valorizavam e se dedicavam às causas coletivas, a qual parece coincidir com a ideia de "melancolia" proposta por Enzo Traverso. Acomodando as categorias de Kosellek ao atual regime de historicidade, Traverso afirma que o espaço de experiência é um campo de ruínas e que o horizonte de expectativas desapareceu, pelo que o século XXI nasceu como um tempo marcado por um eclipse geral de utopias. O autor relaciona esta rotura sobretudo com a queda do Muro de Berlim, mas também aponta como fatores explicativos o fim do fordismo, a introdução do trabalho flexível, móvel e precário, bem como a penetração de modelos individualistas de concorrência entre os assalariados, que corroem as formas tradicionais de sociabilidade e solidariedade, desmantelando os quadros sociais da memória da esquerda cuja continuidade foi irremediavelmente fraturada (Traverso 2012).

De facto, a memória da intensificação da participação cívica surge comummente associada a uma certa melancolia e até consternação em relação ao período posterior de desmobilização e, sobretudo, face à atualidade. Lurdes Leite confessa a sua incompreensão:

> Neste momento acho que há muita coisa na sociedade para perceber que eu, pelo menos, não consigo ter abrangência para perceber… Por exemplo, quando me dizem que não podem, que não sabem, eu digo: Meu Deus, mas nós não tínhamos máquina de lavar, nós lavávamos no tanque. Nós íamos às sete horas embora. Nós tínhamos tempo para tudo, porque nós tínhamos vontade de fazer, de mudar, de criar coisas, de fazer coisas.

Em suma, os testemunhos sobre o período contrarrevolucionário revelam uma memória marcada tanto pela violência e pelo assédio patronal quanto pela resistência individual e coletiva que os trabalhadores lhes opuseram. Se as narrativas evocam a repressão, a desindustrialização e a erosão de direitos, também destacam a solidariedade e a resistência, conferindo dignidade ao ativismo mesmo na derrota. Contudo, permeia esses relatos uma nostalgia melancólica, não apenas pelo passado de mobilização, mas pela perceção de que as condições que sustentavam tal engajamento se dissiparam no presente. Como sugere Traverso, a memória desses anos parece pairar sobre um "campo de ruínas", onde a experiência histórica já não encontra eco nas expectativas do tempo atual.

Conclusão: "se valeu a pena e se ainda tenho esperança?"

Desde que Manuela Medeiros sugeriu a introdução destas questões sobre as emoções, elas têm vindo a ser respondidas por todos os entrevistados. Invariavelmente, afirmam que valeu a pena, destacando muitas vezes as aprendizagens pessoais. José Cunha conclui que "fiz o que podia e o que sabia, sem regatear esforços, nem nunca tirar proveito nenhum financeiro, a não ser conhecimento pessoal". Manuel Carrola afirma que "gostei desta vida sindical e dediquei sempre a minha vida, e a luta pus sempre à frente de tudo. Nunca me serviu de nada, pelo contrário. Financeiramente foi um prejuízo, mas também não é prejuízo porque a gente aprende outras coisas". Ramiro Reis defende que foi o ativismo que o "levou a evoluir e a ser aquilo a que cheguei", e Antónia Marques diz que: "Aprendi que nós temos o direito à nossa vida, à nossa liberdade, que nunca podemos depender de ninguém. Temos que ser nós próprios a olhar pela nossa vida. Não podemos baixar a cabeça, nunca. Eu não baixo a cabeça a ninguém". E finalmente, Adelino Mota testemunha: "O sindicalismo ensinou-me o que é a luta de classes e a diferença entre quem trabalha e quem explora […], a compreender as coisas da maneira que compreendo e saber, fundamentalmente, que esta sociedade não é a sociedade futura e, portanto, tem que se continuar a lutar contra ela. E isso, isso eu aprendi, e isso irá de agora até à toca. E estas convicções nunca mais as largarei."

Para além das aprendizagens pessoais, os ativistas destacam o seu contributo para o bem comum. Etelvina Rosa está convicta de que "dei o meu contributo, dentro do que me foi possível, não o desejável, nem o que seria necessário, mas contribuí para que o coletivo no seu todo também melhorasse um bocadinho a vida". Maria Helena considera que, "eu, se não me tivesse posto no sindicalismo, eu acho que não tinha valido tanto a pena, porque assim eu ajudei. Para mim é mais ou menos isso, porque o sindicalismo era como se fosse parte da minha vida pessoal que eu queria dedicar aos outros". No mesmo sentido, Maria Costa da Cruz confessa: "Ai, eu acho que valeu, valeu. Se não fosse por mais nada era pela minha, como é que eu hei de dizer, pela minha satisfação de participar, de ajudar, de demonstrar, de mostrar."

Lurdes Leite aprofunda o significado deste autorreconhecimento sublinhando:

> Nós não lutámos por quintas, nem lutámos por Mercedes, nem lutámos por vivendas com piscina. Nós lutámos por habitação para todos, escola para todos, tudo para todos. É isso que nós queremos, por isso nós não podemos ser condenados […]. Porque eu acho que não é à toa que os cidadãos como nós sacrificam muitas vezes festas da família, coisas com amigos, etc., porque acreditam naquilo que estão a fazer e acreditam no futuro.

Este último testemunho remete já para a segunda questão – se ainda tenho esperança? – indissociável da primeira – se valeu a pena? Maria da Graça Branco representa a maioria daqueles para quem esta "grande experiência" assegurou a "vontade de continuar a luta até o fim". E ainda alega: "Eu acho que, se a gente perde a esperança, perde tudo, não é? Acho que sim. Acho que com os altos e baixos que tem havido, de qualquer maneira, acho que as coisas vão melhorando. Pode ser mais devagar, mas vão." Adelino Mota também ainda está "convencido de que a sociedade vai mudar. Tenho essa esperança. Pode não ser para mim, para mim já não será". Elisa Marques acredita igualmente que "isto vai devagar, devagarinho, mas ainda há muito trabalho pela frente".

Por outro lado, perante esta questão, alguns destes ativistas não deixam de lamentar, como já referido, aquilo que consideram uma tendência geral para o individualismo. No entanto, associam essa deceção à sua convicção e persistência no ativismo. Lurdes Leite argumenta: "Se me pergunto se valeu a pena? Claro que pergunto. Nós temos sentimentos. Se o que estamos a fazer é bem, isso não tenho dúvida que é bem. Mas não perco, até hoje – tenho 70 anos –, não perdi o rumo, não perdi a ideia, não perdi o gosto por ir, não perdi o gosto por lutar." Francisco Duarte justifica o sentimento de deceção com base justamente no percurso vivido por esta geração: "Ainda hoje, quando falamos disso, sentimos a emoção do que foi. Porque eu ainda vivi 37 anos no salazarismo. E, enfim, as dificuldades por que passámos, aquela esperança que nasceu com o 25 de Abril, aquela perspetiva de uma sociedade mais justa. No meu ponto de vista, infelizmente, não tão justa como gostaria. Mas, enfim, cá estamos."

Esta ideia de que, apesar de tudo cá estamos, ou seja, ainda temos esperança, está também patente no testemunho de Maria Helena, dirigente sindical do setor da restauração em Ponta Delgada:

> Eu disse: "Isto vai dar certo." Tinha que dar. Mas depois não deu. […] E a gente estava com um sonho tão grande, de sair daquela masmorra em que nós estávamos e de repente dar aquele salto tão grande… Apesar de que às vezes precisávamos de ter ido mais longe. Porque, afinal, não fizemos o suficiente. Esses grandes encheram-se para aí outra vez. E o nosso sonho… Mas eu nunca esmoreço. Eu não esmoreço.

Para finalizar, poder-se-á afirmar que, mais do que as respostas diretas às perguntas formuladas por Manuela Medeiros, a reflexão sobre essas questões atravessa todas as recordações citadas que ilustram as narrativas biográficas, e é enquadrada por uma experiência historicamente específica e por um quadro de valores morais que modelam sentimentos partilhados. Um quadro de valores que se enquadra no que tem sido designado como

culturas de resistência ou de oposição, que estimulam emoções como a determinação, a coragem, a dignidade e a solidariedade, e que muitas vezes se alimentam da memória de lutas duradouras e resilientes (Goodwin, Jasper e Polletta 2004), como a resistência à ditadura portuguesa ou à contrarrevolução.

Bibliografia

AGUIAR, Álvaro, e Manuel Mota Freitas Martins. 2004. "O crescimento da produtividade da indústria Portuguesa no século XX". Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires. 2018. "Contributos da História Oral para uma abordagem da situação da mulher em meio rural no século XX". Trabalho apresentado em *Transiciones en la agricultura y la sociedad rural. Los desafíos globales de la historia rural*, *Santiago de Compostela*.

ALVES, Nuno Almeida. 2018. "Youth transitions and generations in portugal examining change between baby-boomers and millennials". In *Transitions to Adulthood Through Recession: Youth and inequality in a European comparative perspective*, editado por Sarah Irwin e Ann Nilsen, 115-136. Erscheinungsort nicht ermittelbar: Taylor & Francis.

BARRETO, António. 2002. "Mudança social em Portugal, 1960/2000". ICS Working Papers, WP 6-02. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 2006. "A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina". In *Pesquisa participante: a partilha do saber*, editado por Carlos Rodrigues Brandão e D. R. Streck, 21-54. Aparecida: Ideias e Letras.

BRASÃO, Inês. 2013. "Narrativas de criadas de servir e construção da memória". In *Ouvi dizer Popular? O Uso da História Oral nos estudos sobre as Classes Populares em Portugal*, editado por Bruno Monteiro e Sílvia Correia, 55-64. Porto: Universidade Popular do Porto.

CABREIRA, Pâmela. 2024. *Operárias em luta. Reivindicações e resistência nas fábricas durante o PREC (1974-1975)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CORTESÃO, Luísa, ed. 2012. *A Marcha da Fome de Pevidém: Memórias de um passado na inquietude do agora*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CRUZEIRO, Maria Manuela. 2018. "Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral". *e-cadernos CES* 29. https://doi.org/10.4000/eces.3431.

DIAS, Hugo. 2018. "Os recursos de poder do sindicalismo português". *Revista da ABET* 17 (2): 211-235.

DUQUE, Eduardo, e José F. Durán Vázquez. 2023. "Generations and life worlds: The case of Braga in Portugal". *Religions* 14 (11): 1413. https://doi.org/10.3390/rel14111413.

FERREIRA, Sónia. 2013. "Porque as devemos escutar? As vozes femininas enquanto fonte oral". In *Ouvi dizer Popular? O uso da história oral nos estudos sobre as classes populares em Portugal*, editado por Bruno Monteiro e Sílvia Correia, 55-63. Porto: Universidade Popular do Porto.

FREIRE, Dulce, Inês Fonseca e Paula Godinho. 2004. *Mundo Rural: Transformação e resistência na península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Colibri.

GOODWIN, Jeff, James M. Jasper e Francesca Polletta. 2004. "Emotional dimensions of social movements". In *The Blackwell Companion to Social Movements*, editado por David A. Snow, Sarah Anne Soule e Hanspeter Kriesi, 413-432. Blackwell companions to sociology. Malden, MA: Blackwell Pub.

HAMILTON, Paula, e James B. Gardner, eds. 2017. *The Oxford Handbook of Public History*. Vol. 1. Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199766024.001.0001.

LAGO, Pedro Manuel de Carvalho. 2014. *A desindustrialização em Alcântara – Consequências sociais e urbanas*. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISCTE.

LAINS, Pedro. 1994. "O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990". *Análise Social* XXIX (128): 923-958.

LOFF, Manuel. 2007. "Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 1970". *Espacio, Tiempo y Forma* 5 (19): 145-184.

NUNES, Américo, ed. 2011. *Contributos para a história do movimento operário e sindical*. Vol. 1: Das raízes até 1977". s. l.: CGTP-IN.

PALACIOS CEREZALES, Diego. 2003. "Confrontación, violencia política y democratización. Portugal 1975". *Política y Sociedad* 40 (3): 189-213.

PORTELLI, Alessandro. 1997. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral". *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História* 15: 13-49. https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223.

PORTELLI, Alessandro. 2006. "Oral history: a collaborative method of (auto) biography interview". *The Practice of Qualitative Research*: 149-194.

PORTELLI, Alessandro. 2017. *História oral como arte da escuta*. Letra e Voz.

REIS, José. 2019. "A primeira industrialização 'moderna': a economia política de uma indústria sem economia nem país (1960-1974)". In *Economia e História: Estudos em homenagem a José Maria Brandão de Brito*, 91-104. Lisboa: Colibri.

SANTOS, João Pedro Oliveira. 2017. '*Somos operários, é malta do ferro'. Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: NOVA FCSH.

SEIXAS, Margarida. 2023. "O Direito do Trabalho e a Primavera Marcelista". *Revista Internacional de Direito do Trabalho* 3 (5), 289-329.

SILVA, Manuela. 1982. "Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)". *Análise Social* 18 (72, 73 e 74): 1077-1086.

SOUTO, Carlos F. Velasco. 2015. "Resistência campesina, identidades coletivas e gestom da memória. A luita das comunidades agrárias contra a ditadura na Galiza e Portugal (1939-1975)". In *Estudos da AIL em Teoria e Metodologia Relacionamento nas Lusofonias*, editado por Elias J. Torres Feijó, Raquel Bello Vázquez, Roberto Samartim e Manuel Brito-Semedo, 75-87. Santiago de Compostela, Coimbra: AIL Editora.

TAUGINIENĖ, Loreta, Eglė Butkevičienė, Katrin Vohland, Barbara Heinisch, Maria Daskolia, Monika Suškevičs, Manuel Portela, Bálint Balázs e Baiba Prūse. 2020. "Citizen science in the social sciences and humanities: The power of interdisciplinarity". *Palgrave Communications* 6 (1): 89. https://doi.org/10.1057/s41599-020-0471-y.

THOMPSON, Edward P. 1993. *Customs in Common: Studies in Traditional Pupular Culture*. New York, NY: The New Press.

TRAVERSO, Enzo. 2012. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Odivelas: Unipop.

VARELA, Raquel. 2011. "A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008". *Revista Mundos do Trabalho* 3 (6): 151-175.

VISEU, Albano Augusto Veiga. 2007. *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo*. Tese de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.